



CLIPPING



25 DE JUNHO
DE 2021

COORDENADORIA DE IMPRENSA DO TJPA
(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 - coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER
DIÁRIO**

As preocupações dos magistrados paraenses com a reforma administrativa que está em fase de discussões no Congresso Nacional levaram o presidente da Associação dos Magistrados do Pará, Adriano Seduvin, a reunir ontem com o deputado federal Junior Ferrari (PSD). Ele manifestou o temor de que o Poder Judiciário seja incluído na PEC nº 32/2020, questionando também a constitucionalidade da proposta e apontando riscos de prejuízos à sociedade brasileira. Seduvin já conversou com os deputados Cássio Andrade (PSB) e Celso Sabino (sem partido) devendo reunir com outros membros da bancada federal paraense.

INDENIZAÇÃO

Os ex-alunos lesados por quatro cursos superiores ilegais no Pará têm 30 dias para pedir indenização judicial de R\$ 5 mil, mais o ressarcimento de despesas. A condenação é referente ao convênio entre Instituto de Educação Teológica Ômega/Faespa, Colégio Evolução, Unives e Faculdade Montenegro para cursos de graduação e pós-graduação. As empresas, que atuavam principalmente no nordeste paraense, promoveram cursos superiores sem autorização do MEC. Ex-alunos que não morem em Belém podem fazer o pedido junto à Justiça de seus municípios.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Goianésia do Pará terá nova eleição após indeferimento

JUSTIÇA

A eleição suplementar do município de Goianésia do Pará, no sudeste paraense, está marcada para o dia 3 de outubro deste ano. A data foi confirmada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). E a movimentação rumo à sucessão do prefeito interino já teve início pela disputa da preferência dos 22.305 eleitores.

Os eleitores de Goianésia do Pará voltam às urnas após o primeiro colocado nas eleições municipais de 2020, o ex-prefeito Itamar Cardoso Nascimento (Avante), ter o registro de candidatura indeferido pela Justiça Eleitoral.

A resolução e o calendário eleitoral foram aprovadas durante a sessão do TRE, presidida pela desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento. Na eleição suplementar serão escolhidos o prefeito e seu vice.

Desde o dia 1º de janeiro passado, assumiu a prefeitura do município o vereador e presidente do Legislativo, Francisco David Leite Rocha (MDB).

Sete nomes vislumbram disputar a Prefeitura de Goianésia do Pará. Cláudio da Sthil (Avante), o ex-prefeito Ribamar Lima (MDB), Francisco Davi Rocha (MDB), Russinho (Solidariedade), Wellington Urbano (PSC), Gilmara Lacerda (Cidadania) e o ex-vereador Ivanildo (PSD). (Com apoio de Antônio Barroso)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça determina redução de participantes em evento religioso

NOVO REPARTIMENTO

Da Redação

Em decisão favorável ao Ministério Público do Pará na última segunda-feira (21), a Justiça deferiu parcialmente o pedido de tutela antecipada feito pelo MP, a fim de impedir violações ao sistema de bandeiramento amarelo para o Muni-

cípio de Novo Repartimento e determinou que o número em eventos religiosos atendessem o limite máximo de 200 pessoas. A ação do MP foi assinada pela promotora de Justiça Juliana Freitas dos Reis.

Através de relatos populares à Promotoria de Justiça local, o MP tomou conhecimento que a Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Novo Repartimento realizaria um evento no município.

Diante disso, a Justiça do Estado acatou o pedido do MP em Ação Civil Pública e determinou à Igreja Assembleia de Deus que o número de participantes da Assembleia Geral seja reduzido ao limite de 200 pessoas, todas devidamente seguindo os protocolos de segurança para impedir a disseminação da covid-19, sob pena de multa no valor de R\$100 mil em caso de descumprimento.

Eleitores de Goianésia voltam às urnas em 3 de outubro

Os eleitores de Goianésia do Pará voltam às urnas após o primeiro colocado nas eleições municipais de 2020, após o ex-prefeito Itamar Cardoso Nascimento (Avante) ter o registro de candidatura indeferido pela Justiça Eleitoral



A resolução e o calendário eleitoral foram aprovadas durante a sessão do TRE, presidida pela desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento FOTO: REPRODUÇÃO

DEFINIDO

Da Redação

A eleição complementar do município de Goianésia do Pará, no sudeste paraense, está marcada para o dia 3 de outubro deste ano. A data foi confirmada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) nessa terça-feira (22). E a

movimentação rumo à sucessão do prefeito interino já teve início pela disputa da preferência dos 22.305 eleitores.

Os eleitores de Goianésia do Pará voltam às urnas após o primeiro colocado nas eleições municipais de 2020, após o ex-prefeito Itamar Cardoso Nascimento (Avante) ter o registro de candidatura indeferido pela Justiça Eleitoral.

A resolução e o calendário elei-

toral foram aprovadas durante a sessão do TRE, presidida pela desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento. Na eleição complementar serão escolhidos o prefeito e seu vice.

Desde o dia 1º de janeiro passado, assumiu a prefeitura do município o vereador e presidente do Legislativo, Francisco David Leite Rocha (MDB), mais conhecido popularmente como Pastor Davi.

Sete nomes estão vislumbrando disputar a Prefeitura de Goianésia do Pará. Cláudio da Sthil (Avante) que era candidato a vice-prefeito na chapa de Itamar Cardoso, o ex-prefeito Ribamar Lima (MDB), que ficou em segundo lugar na disputa passada,

Pastor Davi (MDB) e o atual prefeito interino, Russinho (Solidariedade) e filho do ex-prefeito Russo, vereador Wellington Urbano (PSC), a empresária Gilmarra Lacerda (Cidadania) e o ex-vereador Ivanildo (PSD). (Com apoio de Antônio Barroso)

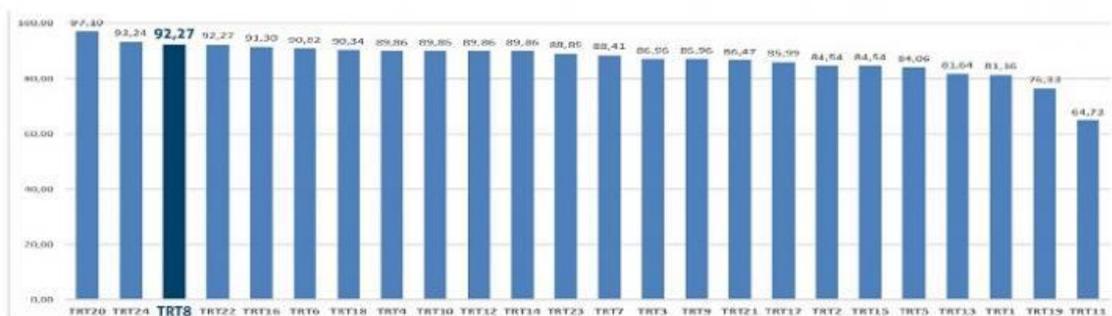
CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça do Trabalho da 8ª Região fica em destaque no Ranking da Transparência

🕒 25 de junho de 2021 - 📄 Notícias do Judiciário / Agência CNJ de Notícias



[Anunciado na última segunda-feira \(21/6\)](#), o resultado preliminar do [Ranking da Transparência do Poder Judiciário](#) trouxe o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8) ocupando a terceira colocação entre todos os tribunais do Trabalho do Brasil. O Ranking foi criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para estimular os órgãos do Judiciário a disponibilizarem suas informações de forma mais clara e padronizada à sociedade, tornando mais fácil e transparente o acesso aos dados de gestão. Foram avaliados os 24 Tribunais Regionais do

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Trabalho e o TRT8 ficou na terceira colocação, com 92,27% do índice de transparência.

O Ranking estabelece critérios e itens que devem ser atendidos pelos tribunais para promoção da transparência e do controle social. Essa ação visa atender à Lei de Acesso à Informação (LAI), sancionada em novembro de 2011. “Com muita satisfação recebo esse resultado, que foi fruto do trabalho de várias unidades administrativas do TRT8, para otimizar a transparência da gestão pública”, destaca a coordenadora de Governança Institucional do Tribunal, Lia Martins Costa e Silva Cruz.

Ela explica que as equipes publicam as informações constantes no Ranking da Transparência com constância. Muitas dessas publicações são, inclusive, exigências de Resoluções do próprio CNJ e do [Conselho Superior da Justiça do Trabalho \(CSJT\)](#). “Foi criada pela SETIN uma página unificando todos os itens que compõem o ranking da transparência, o que facilitou muito o trabalho da conformidade e da compilação dos links, que são trabalhos realizados pela COGIN. As unidades vêm, a cada ano, se dedicando a otimizar essas publicações da transparência, e acredito que isso nos fez conseguir esse resultado”, conta Lia.

Objetivos estratégicos, metas, indicadores, resultados alcançados, estrutura organizacional, atos normativos, atas e pautas de reuniões das sessões, do pleno, ações, programas e projetos, serviço de informação ao cidadão, auditoria, gestão de pessoas, gestão orçamentária, licitações, contratos entre outros assuntos podem ser acessadas no [Portal da Transparência do TRT8](#).

Planejamento Estratégico

O coordenador de Gestão Estratégica do TRT8, Rodopiano Neto, afirma que a transparência é um valor institucional do órgão, marcado pelo compromisso com a divulgação dos atos de gestão e judiciais, dados ou resultados organizacionais, independente de solicitação, em formatos acessíveis e abertos. “O resultado preliminar do Ranking da Transparência do Poder Judiciário, divulgado pelo

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CNJ, onde o TRT8 ficou em 3º lugar dentre os 24 TRTs, representa coerência com o princípio constitucional da publicidade, demonstrando que a Justiça do Trabalho da 8ª Região disponibiliza suas informações de forma cada vez mais clara e padronizada à sociedade, além de fomentar o desenvolvimento da cultura da transparência e contribuir para o controle social da administração pública.”

A transparência é uma das metas do Planejamento Estratégico 2021-2026 do TRT8, cuja a meta 1 prevê que o Tribunal alcance 100% do Ranking da Transparência até dezembro de 2026. “O resultado preliminar de 2021 aponta que o TRT8 alcançou 92,27% do índice de transparência, o que representou um salto em relação ao resultado do ano anterior (79,02%). Para esse crescimento, merecem destaque o aprimoramento da [página de Transparência e Prestação de Contas](#) e da [página de Acesso à Informação](#), além do maior controle e acompanhamento da atualização do portal do TRT8 pelas unidades responsáveis”, observa Rodopiano Neto.

O coordenador informa ainda que, para que o TRT8 continue avançando no Ranking da Transparência, a presidente do Tribunal, desembargadora Graziela Colares, priorizou o Projeto Transparência e Prestação de Contas do Plano Estratégico 2021-2026, para ser implementado até 2022. “O projeto objetiva desenvolver e implementar painéis de *Business Intelligence (BI)* no portal institucional, que apresentem informações em tempo hábil para suportar os processos de transparência, prestação de contas, responsabilização e tomada de decisão, consoante diretrizes do TCU e do Ranking da Transparência do Poder Judiciário”, conclui o coordenador.

Fonte: [TRT8](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Polícia prende seis pessoas acusadas de duplo homicídio em Marituba

25 JUN 2021 - 11:41 | ATUALIZADO 25 JUN 2021 - 11:42 | Compartilhar 6



Na manhã desta sexta-feira, 25, a Polícia Civil do Pará, por meio da Delegacia de Homicídios de Marabá, deu cumprimento a três mandados de prisão preventiva, busca e apreensão e autuou outras três pessoas em flagrante, em seis municípios, nos Estados do Pará e Piauí.

Os três presos com mandado de prisão expedido, são investigados pelo duplo homicídio qualificado, cometido contra Vanuza da Silva Barbosa e Jacsiane Barbosa de Moura, mãe e filha, em novembro de 2020, na Chácara Vila Rica, localizada na Vicinal do Medalhão, Zona Rural de Marabá. Ainda na ação, outras três pessoas foram autuadas em flagrante por posse ilegal de arma de fogo.

As prisões ocorreram em quatro municípios do Pará, sendo eles, Marabá, Mãe do Rio, Santa Isabel e Castanhal, e nas Cidades de Teresina e Picos, ambas no Piauí.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Durante as investigações realizadas pela Delegacia de Homicídios de Marabá, várias medidas cautelares foram tomadas com depoimentos e apreensão de documentos, os quais apontaram a existência de complexa trama criminosa, motivada pelo desejo de posse e ganância.

Na ação foram apreendidos quatro armas de fogo, aparelhos celulares e documentos, os quais serão analisados e periciados para compor o acervo probatório. As investigações e diligências prosseguem no intuito de localizar outros alvos investigados.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

OPERAÇÃO 'BOCA DA COBRA'

Polícia Civil prende dois homens por envolvimento em compra e venda ilegal de terra no nordeste do Pará

Durante as buscas na empresa, foram encontrados diversos documentos relacionados à fraude, celulares, uma arma de fogo e 105 munições intactas

25 JUN 2021 - 07:50 | ATUALIZADO 25 JUN 2021 - 07:52 | POR DA REDAÇÃO | Compartilhar



A Polícia Civil, por meio da Diretoria Estadual de Combate à Corrupção (Decor), deflagrou na manhã da última quinta-feira, 24, a Operação "Boca da Cobra", que investiga o registro, compra e venda de uma área localizada no município de Bujaru, Nordeste do Pará. As investigações apontam que a regularização e as transações referentes à propriedade foram efetuadas com diversas irregularidades, entre as quais falsificação de documento público e particular, associação criminosa, uso de documento falso e possíveis crimes de lavagem de dinheiro e fortes indícios de ocultação de patrimônio.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Foram expedidos pela Justiça de Santarém Novo, município da região, sete mandados, sendo três de prisões e quatro de busca e apreensão, após parecer favorável do Ministério Público Estadual (MPPA). Durante a operação policial, dois empresários foram presos em Belém. Um reside em um prédio de luxo, no bairro do Umarizal. O outro foi localizado em sua empresa, sediada no bairro do Mangueirão.

Durante as buscas na empresa, foram encontrados diversos documentos relacionados à fraude, celulares, uma arma de fogo e 105 munições intactas. O empresário foi autuado em flagrante por posse irregular de arma de fogo.

As investigações foram iniciadas após denúncia em aplicativo de atendimento ao cidadão, em dezembro do ano passado. Diante dos fatos, foi instaurado um procedimento denominado de VPI (verificação preliminar de informação), pelo qual foram constatados vários indícios de irregularidades, como uma procuração pública, confeccionada no cartório de Santarém Novo em março de 2018, cuja outorgante havia falecido no ano de 2003 - 15 anos antes.

"Nós localizamos parentes da falecida, que durante depoimento nos informaram que a mulher não tinha terras na região. Diante deste fato, o inquérito policial foi instaurado e passou-se a apurar a irregularidade, buscando, de forma mais esclarecedora, as circunstâncias em que essas situações ocorreram", disse o delegado-geral da Polícia Civil, Walter Resende, em coletiva à imprensa.

Em uma das etapas da apuração, os agentes chegaram ao cartório que assinou a procuração suspeita. Ele informou que desconhecia a assinatura constante do documento, entretanto a perícia oficial, realizada com autorização judicial, constatou que a assinatura era do cartório, e ele acabou alvo da operação desta quinta-feira, mas ainda não foi localizado.

"Além das irregularidades cartorárias, a Diretoria Estadual de Combate à Corrupção levantou que, para que a propriedade fosse legalizada, uma série de outros atos fraudulentos foi executada. Os mentores acabaram contratando um escritório de georreferenciamento, e este forneceu documentos para que a

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

regularização fundiária fraudulenta fosse completada", acrescentou Walter Resende.

O titular da Diretoria Estadual de Combate à Corrupção, Almir Alves, informou, ainda, que "outro fato relevante refere-se à constante mudança de titularidade do imóvel em um curto espaço de tempo, demonstrando indícios de ocultação patrimonial e lavagem de dinheiro".

O inquérito policial será encaminhado ao Poder Judiciário no prazo legal, para conhecimento de todo o teor da investigação, sem prejuízo de responsabilização de outros envolvidos ou beneficiários da fraude investigada.

Fonte: Agência Pará

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça mantém prisões de empresários e advogado presos em Parauapebas

Os homens foram presos ontem, e pelo menos quatro vítimas já foram identificadas

24 JUN 2021 - 18:43 | ATUALIZADO 24 JUN 2021 - 18:42 | Compartilhar 7



Durante a audiência de custódia que foi realizada na manhã desta quinta-feira 24, na 2ª Vara Criminal, no Fórum da Comarca de Parauapebas, foram mantidas as prisões dos empresários Mauro de Souza Davi, o Marola, e Eduardo Liebert Araújo dos Santos, além do advogado Antônio Araújo Oliveira, o Toni. [Os três foram presos na manhã de quarta 23, durante a operação Book Rosa.](#)

Eles são investigados pela Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (Deam) e no Atendimento à Criança e ao Adolescente (Deaca), que deflagrou a operação após detectar uma rede acusada de praticar crimes de estupro de vulnerável, prostituição de adolescentes, tirar proveito da prostituição alheia e impedimento de adolescente sair da prostituição.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Além deles, há mandado de prisão preventiva contra uma pessoa identificada como Fabrício Luan, que é apontada como intermediadora entre as vítimas e os acusados. Ela não foi localizada e é considerada foragida pela Polícia Civil.

Os detalhes da audiência de custódia não foram revelados porque o processo tramita em segredo de justiça, por envolver menores de 18 anos. Os advogados dos acusados informaram que pretendem recorrer da decisão junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em Belém, e seguem alegando inocência do cliente.

Com informações do Correio de Carajás

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

PESSIMAS CONDIÇÕES

MP volta a pedir à Justiça que Governo do Pará seja obrigado a reformar escolas em Santarém

24 JUN 2021 - 16H43 | ATUALIZADO 24 JUN 2021 - 16H44 | Compartilhar 4



O Ministério Público do Pará [voltou a recorrer à Justiça para cobrar do Governo do Estado, a reforma de mais uma escola estadual](#) que está em condições de abandono no município de Santarém.

Uma Ação Civil Pública para obrigar o Estado do Pará a promover reformas estruturais na parte física e do quadro de pessoal, da Escola Estadual de Ensino Fundamental Frei Othmar, no bairro da Prainha, foi ajuizada na última terça-feira 22.

Desde o ano de 2016 a reforma vem sendo cobrada em relatórios técnicos que apontam as falhas, incluindo a melhoria na acessibilidade, além de outras

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

deficiências, apontadas em outras vistorias realizadas em 2020, sendo a mais recente feita em maio deste ano, pelo setor de engenharia do Grupo de Apoio Técnico (GATI) do MPPA.

Foi constatada deficiência estrutural-física, de pessoal, de equipamentos, de segurança, acessibilidade, além de deficit no quadro de recursos humanos. Em 2020, a conclusão da vistoria feita pelo Corpo de Bombeiros foi de que o estabelecimento não possui nenhum requisito de segurança de acordo com as normas relacionadas a incêndio e pânico. O setor técnico GATI Engenharia também realizou vistoria em novembro de 2020, constatando uma série de deficiências, sobretudo em relação à acessibilidade, divisa, cobertura e banheiros.



Após isso, uma reforma teria sido feita, mas únicas alterações foram em relação à acessibilidade das calçadas, e banheiro para pessoas com deficiência. Porém, de acordo com a conclusão do Gati/Engenharia/MPPA, apesar das melhorias, o banheiro continua sem atender os padrões mínimos de acessibilidade, e as

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

adequações são muitas limitadas e ainda não atendem de forma satisfatória as necessidades da escola.



Na Ação o MPPA requer medida liminar para que no prazo de 120 dias, o Estado do Pará promova medidas eficazes e eficientes para realização da estruturação, tanto física quanto de pessoal, da Escola Frei Othmar, entre elas: reforma nas condições de infraestrutura das edificações de acordo com as normas vigentes, bem como acessibilidade (falta de adequações dos banheiros dos professores e atualizações), divisa (muro danificado gerando risco à integridade física da comunidade geral e ao patrimônio da escola) e cobertura, entre outras.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Segundo pedido de reforma para escola em Santarém

Em maio deste ano, a 8ª Promotoria de Justiça de Santarém, também pediu à justiça que determinasse ao Estado [atender as demandas da Escola Estadual de Ensino Fundamental Barão do Tapajós](#), localizada na travessa Dois de Junho, nº 349, bairro Aldeia, que também enfrenta os mesmo problemas citados.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Réu é condenado por matar vítima a tiros em discussão na fila de supermercado, no PA

Crime ocorreu em 2019. Homem foi morto diante da esposa e da filha.

Por G1 PA — Belém

25/06/2021 06h51 · Atualizado há 5 horas



Em Marabá, no sudeste do estado, o Tribunal do Júri condenou a 12 anos de prisão o réu Geilson Cezário de Souza pelo assassinato de Ronaldo da Silva Lima, que foi [morto na frente da família, durante uma discussão em uma fila de supermercado](#).

O crime aconteceu no dia 9 de junho de 2019. A morte foi registrada por câmeras de segurança do local e ocorreu na frente de dezenas de pessoas, inclusive da esposa e da filha de Ronaldo.

De acordo com as testemunhas, a vítima pediu para passar na frente do réu na fila. Foi quando a discussão começou. Exaltado, Geilson atirou contra Ronaldo e continuou disparando mesmo quando a vítima já estava caída no chão.

Ele foi preso cinco dias depois do crime, no município de Cidade Ocidental, em Goiás, quando foi reconhecido por policiais militares em uma parada de ônibus.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br